

PODER NAVAL E APOIO ÀS AÇÕES DO ESTADO: EMPREGO DO GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS EM APOIO À DEFESA CIVIL

Carlos Eduardo Gonçalves da Silva Maia¹

Ana Carolina Aguilera Negrete²

RESUMO

Este artigo apresenta as contribuições do emprego do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em apoio à defesa civil no Rio Grande do Sul, durante a Operação Taquari II, que consistiu em resposta emergencial coordenada pelo Ministério da Defesa, por meio do emprego das Forças Armadas brasileiras, voltada ao apoio logístico e humanitário à população, após os eventos climáticos que causaram enchentes, deslizamentos, destruição de infraestrutura e milhares de desabrigados em 2024. O referencial teórico utilizado compreendeu os marcos conceituais à luz dos Fundamentos Doutrinários da Marinha e da Doutrina Militar Naval, para demonstrar a relevância para a sociedade de possuir uma Marinha versátil, que por meio do Poder Naval, emprega seus recursos humanos e materiais em prol das ações humanitárias. Algumas conclusões foram observadas: o ganho exponencial da participação dos recursos humanos da Instituição em operações interagências, contribuindo diretamente para o incremento do sentimento de pertencimento dos militares, ao serem empregados no auxílio aos nacionais do nosso país; e na oportunidade para testar, em uma operação real, doutrinas relativamente recentes, tais como as Operações de Informação, cujo uso apropriado fortalece a imagem da Força e dá publicidade sobre os benefícios alcançados para a sociedade com o emprego de seus recursos.

Palavras-chave: Poder Naval. Ações de Apoio ao Estado. Operação Taquari II. Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

1 Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pós-graduado em Direito Internacional. Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval). E-mail: carlos.gsmia@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-4445-0681>.

2 Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pós-Doutorado na mesma área de pesquisa e instituição. Professora Associada de Ciências Econômicas da Escola Naval (Marinha do Brasil). E-mail: anacarolina_aguilera@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8427-4145>.

INTRODUÇÃO

A partir do estudo dos marcos legais e conceituais sobre a relação entre o Poder Naval e o apoio às ações do Estado, o presente artigo apresenta as contribuições do emprego do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em apoio à defesa civil no Rio Grande do Sul, durante a Operação Taquari II, que consistiu em resposta emergencial coordenada pelo Ministério da Defesa, por meio do emprego das Forças Armadas brasileiras, voltada ao apoio logístico e humanitário à população do estado, após os eventos climáticos extremos que causaram enchentes, deslizamentos, destruição de infraestrutura e milhares de desabrigados na região no ano de 2024.

As mudanças climáticas constituem-se em uma triste realidade no mundo contemporâneo e têm como exemplos de ações decorrentes a observância de secas intensas, escassez de água, incêndios florestais, aumento do nível do mar, enchentes e severas tempestades. Adiciona-se a esses fatores uma crescente e desordenada urbanização que, em muitos casos, não se desenvolve a partir de um correto planejamento espacial e, portanto, apresenta sérias deficiências de infraestrutura. Com isso, as ameaças representadas pelos desastres naturais são potencializadas e têm ocorrido com uma frequência cada vez maior (Nações Unidas, 2025).

No que se refere ao Brasil, ressalta-se sua vulnerabilidade como um país em desenvolvimento, tornando-o ainda mais suscetível às alterações climáticas correntes. Além disso, aspectos socioeconômicos, geográficos e institucionais limitam sua capacidade de adaptação e de resposta a eventos climáticos extremos. Como exemplo, particularmente nas regiões litorâneas do sul e sudeste do país é frequente a ocorrência de enchentes e deslizamentos, resultado de chuvas torrenciais, que acarretam grandes prejuízos aos municípios afetados.

Nesse contexto, as Forças Armadas (FA) desempenham um papel fundamental na resposta a tais crises, especialmente nos momentos iniciais, quando as ações humanitárias se concentram na salvaguarda da vida humana e no restabelecimento de serviços essenciais, já que possuem uma capacidade logística apropriada para o apoio às ações humanitárias em ambientes caóticos. Em particular, a Marinha do Brasil (MB), por meio do Poder Naval, dispõe de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em permanente estado de prontidão operativa, que quando integrados resultam no denominado “conjugado anfíbio”. Quando mobilizado,

tem como uma de suas características marcantes a execução de uma multiplicidade de tarefas, ao projetar o Poder Naval sobre terra, em um curto espaço de tempo, ainda que desdobrado afastado de suas bases, o que lhe confere uma natureza expedicionária por excelência.

Nos últimos anos, a MB, consciente de seu papel institucional, tem atendido a diversas demandas relativas ao apoio à defesa civil de Estados da Federação, observando-se em boa parte delas o emprego do conjugado anfíbio. Como exemplos marcantes destacam-se as ações humanitárias desenvolvidas em Petrópolis-RJ, em 2022, São Sebastião-SP, em 2023 e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul em 2024.

Dessa maneira, tornou-se constante o emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) nessas ações, como parcela intrínseca do conjugado anfíbio. Com recursos humanos e materiais balanceados, versáteis e flexíveis, os GptOpFuzNav conseguem se adaptar de forma rápida e eficaz ao ambiente envolto por incertezas e, assim, prover uma resposta apropriada e que atenda aos interesses nacionais.

Portanto, o objetivo deste ensaio é sustentar a relevância de uma Marinha versátil, que além de possuir recursos em permanente condição de pronto emprego, para cumprir sua tarefa constitucional de defesa da pátria, pode, também, de forma dual, empregá-los em atividades subsidiárias de apoio às ações do Estado, mitigando os efeitos decorrentes de catástrofes naturais, tão frequentes em um país com dimensões continentais como o Brasil e alcançando resultados positivos para a sociedade. Essa proposição será baseada na descrição do emprego do GptOpFuzNav em apoio à Defesa Civil (ApDef Civ) no Rio Grande do Sul (RS).

A motivação para a caracterização deste artigo vem da experiência de um dos autores no desempenho da função de Comandante do GptOpFuzNav ApDef Civ no Rio Grande do Sul, em 2024, quando iniciaram-se as ações recuperativas naquele Estado, sem ainda restarem encerradas as ações de resgate de pessoas e animais.

Neste sentido, o artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2, destacam-se os marcos legais e conceituais quanto à relação entre o Poder Naval e o apoio às ações do Estado por meio do conjugado anfíbio, especialmente no que se refere ao apoio à Defesa Civil, em localidades assoladas por desastres naturais. Na seção 3 serão abordados os aspectos relevantes sobre o preparo e emprego do GptOpFuzNav para este tipo de missão. Na seção 4, será apresentado o caso concreto ocorrido no Estado

do Rio Grande do Sul, em 2024, cujo emprego do GptOpFuzNav foi decisivo nas ações humanitárias desencadeadas. Finalmente, a partir de considerações sobre os aspectos abordados e sobre o caso concreto, serão apresentadas as conclusões..

O PODER NAVAL E O APOIO ÀS AÇÕES DO ESTADO: MARCOS LEGAIS E CONCEITUAIS

Esta seção apresenta os marcos legais e conceituais quanto à relação entre o Poder Naval e o apoio às ações do Estado. De acordo com os Fundamentos Doutrinários da Marinha (2023):

O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Militares e Setoriais de Defesa, decorrentes dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa, conforme diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2023).

O Poder Naval engloba os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa.

As forças e os meios de apoio não orgânicos da MB, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval, serão considerados integrantes do Poder Naval (Brasil, 2023).

Utilizando-se a Doutrina Militar Naval (DMN) 2025 como referencial, ressalta-se que seu propósito é orientar eficazmente o emprego do Poder Naval e auxiliar no preparo dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. De acordo com esse documento (Brasil,2025):

A DMN fornece uma visão para os Comandantes Operacionais, os integrantes de Estados-Maiores e os demais usuários de interesse sobre os princípios, os conceitos e, de forma ampla, os métodos de emprego nos diversos Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN) da Marinha do Brasil. Adicionalmente, constitui referência para os parceiros militares e civis que constituem outros órgãos componentes e/ou contribuintes do sistema

de defesa nacional sobre a concepção de aplicação que a MB identifica como adequada, em função das suas especificidades, e na atuação integrada, de acordo com as normas estabelecidas pelos níveis político e estratégico (Brasil, 2025).

De forma a exemplificar as citadas características, entende-se como mobilidade, a capacidade de deslocar-se de forma rápida, contando com grandes efetivos, bem como grandes quantidades de suprimentos, a distâncias consideráveis, mantendo elevado grau de prontidão. A permanência está relacionada com a capacidade de conduzir operações de forma contínua, com independência e por períodos prolongados, em áreas de elevadas dimensões e distante de suas bases (Brasil, 2023).

No que se refere às características de versatilidade e flexibilidade, entende-se que ambas conferem ao Poder Naval uma resposta adaptativa às situações apresentadas, tal qual ocorreu nas ações humanitárias conduzidas pela MB em São Sebastião-SP, em 2023, na Operação “Abrigo pelo Mar”³, na qual o capitânia da esquadra, o Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico, foi prontamente adaptado para operar em suas instalações, um Hospital de Campanha com mais de 300 leitos, um dia após sair da sua base no Rio de Janeiro (Brasil, 2023).

O artigo 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 aduz às Forças Armadas a atribuição subsidiária de cooperar com a defesa civil, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Presidente da República. Além disso, o emprego das Forças Singulares no apoio à defesa civil é regulado pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e com o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que dispõem sobre a constituição do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), do Ministério da Integração Nacional (Brasil, 2017).

De acordo com as instruções do Ministério da Defesa, a missão das FA é “cooperar, mediante autorização, com os órgãos e entidades que possuem competências relacionadas com a Defesa Civil. Para isso, ficar em condições de apoiar ações preventivas, incluindo planejamentos, instrução e simulações, e de resposta a desastres, tudo com vistas a evitar ou mitigar os efeitos daquelas ocorrências; a preservar o bem-estar da população; e a restabelecer a normalidade social” (Brasil, 2017).

3 Nesse diapasão, teve destaque, nessa operação, o emprego do conjugado anfíbio para projetar em terra recursos humanos e materiais essenciais para o desencadeamento de ações humanitárias, visto que as estradas de acesso aos locais atingidos ficaram obstruídas.

Em face do arcabouço legal observado acima, que disciplina o emprego das Forças Armadas em apoio à defesa civil, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da MB dispõe de um GptOpFuzNav⁴ específico para esta temática, que tem por tarefa se contrapor aos desafios encontrados em um ambiente influenciado por desastres naturais.

Juntamente com as Operações Anfíbias e a Guerra de Manobra, os GptOpFuzNav constituem-se em um dos eixos estruturantes que alicerçam a doutrina do CFN, sendo estes interdependentes e complementares. Tais eixos, ao conformarem a doutrina, direcionam a preparação e o emprego das Forças de Fuzileiros Navais (Brasil, 2020).

Nesse contexto, cabe destacar o relevante papel desempenhado pelos GptOpFuzNav, nos últimos anos, na condução de operações litorâneas⁵. Tema de grande importância para MB já que, segundo o IBGE (2024), mais da metade da população brasileira vive a uma distância de 150 km do litoral. Assim, ressalta-se a importância da faixa do litoral, que demanda o emprego de tropa especializada e adaptada à execução de ações e operações, tanto no domínio marítimo como no domínio terrestre. Dentre as atividades realizadas destacam-se: posicionamento de sistemas de armas baseados em terra capazes de atingir alvos no mar; emprego coordenado de embarcações de menor porte; maior inter-relação com os Assuntos Cíveis e operações de ajuda humanitária face a catástrofes naturais (Brasil, 2025).

No Brasil, por meio da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END) constata-se que existem diretrizes estabelecendo que, à luz do crescimento da demanda nacional e internacional por ajuda humanitária, as Forças Armadas brasileiras deverão manter-se preparadas para participação nesse tipo de ação. Deste modo, a END prevê que, para atender a essas demandas, a MB contará com o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), “força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência”, como parcela do seu Conjugado Anfíbio (BRASIL, 2017 apud Silva Junior, 2021).

Destaca-se ainda a existência de determinações constitucionais, legislação complementar e instruções emanadas pelo Ministério da Defesa (MD) brasileiro, no sentido de que as Forças Armadas do país

4 O GptOpFuzNav é uma organização por tarefas, nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada, segundo o conceito organizacional de componentes, que grupa os elementos componentes de acordo com a natureza de suas atividades (Pereira, 2018).

5 Conjunto de operações realizadas pelo Poder Naval na faixa do litoral, em qualquer dos seus campos de atuação, durante todo o contínuo de competição.

se mantenham permanentemente aptas a cooperar com a defesa civil, na prevenção e resposta a desastres em território nacional. Observa-se assim que a legislação e as diretrizes estratégicas brasileiras preconizam que o país deverá aperfeiçoar o preparo de sua expressão militar para responsabilidades crescentes em atividades humanitárias, incluindo-se aí, da parte da MB, o emprego do conjugado anfíbio no Brasil ou no seu entorno estratégico.

ASPECTOS RELEVANTES QUANTO AO PREPARO E EMPREGO DO GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS EM APOIO À DEFESA CIVIL

O conjugado anfíbio é uma ferramenta estratégica da Força Naval, a serviço da sociedade brasileira, que traduz uma das tarefas básicas do Poder Naval, qual seja a de projetar poder, tendo em mente a salvaguarda dos interesses nacionais, sejam eles em situações de crises e conflitos armados ou, ainda, em operações internacionais ou de apoio à defesa civil (Silva Júnior, 2021).

Seu valor estratégico é norteado por um diferenciado emprego operacional, no qual a ação sinérgica dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais potencializa as capacidades de cada um, incrementando, portanto, os resultados obtidos quando em operação. Parcela integrante do conjugado anfíbio, os GptOpFuzNav desempenham um importante papel quando da ocorrência de emergências humanitárias, tendo em vista que cumprem suas missões em terra, por meio dos seus recursos humanos e materiais, em contato direto com a população afetada (Silva Júnior, 2021).

Uma das características singulares do GptOpFuzNav, consiste no fato de admitir-se o seu emprego de forma escalonada, variando-se o valor de sua tropa. Tal fato constitui-se em vantagem marcante por ocasião das atividades de apoio à defesa civil, nas quais a rapidez das ações tem ligação direta com o salvamento de vidas humanas. Assim, em um primeiro momento, pode-se enviar de forma tempestiva, ao local do desastre, um escalão menor, muitas das vezes composto pelo Comandante, Oficiais de Estado-Maior, meios para o funcionamento de um Hospital de Campanha e meios de engenharia de combate, por exemplo, para que seja realizada uma apropriada avaliação da situação corrente e, ainda, dar início às atividades laborais (Brasil, 2020).

Outras características dos GptOpFuzNav que se revestem de

importância, especialmente quando do emprego em apoio à defesa civil são: elevado grau de prontidão operativa para um rápido emprego de tropa; flexibilidade e versatilidade de emprego, características que vão ao encontro daquelas que conformam o Poder Naval, adaptando-se, assim, a qualquer situação e missão recebida; capacidade de atuar independente de outra força em terra, conferindo-lhe liberdade de manobra e independência nas ações; capacidade de coordenar ações em todas as dimensões do combate, tanto com forças militares, auxiliares ou agências civis, fato de suma importância em operações interagências, usualmente estabelecidas quando da ocorrência de desastres naturais; capacidade expedicionária, conferida pelos meios navais e/ou aéreos que o apoiam, podendo deslocar-se para áreas distantes com meios de ligação e uma logística concebida especialmente para a operação; capacidade anfíbia que lhe permite ser lançado a partir do mar, com tropa e meios especialmente adaptados ao desembarque; e capacidade de ficar baseado em navios por longos períodos, com tropas e meios perfeitamente ambientadas à vida a bordo (Brasil, 2020).

Conforme observado na seção anterior e fruto dos recorrentes casos de desastres naturais ocorridos nas últimas décadas, o CFN resolveu criar uma estrutura específica para atender a esta atividade subsidiária. Ativado anualmente, de forma permanente, no período que contém os maiores índices pluviométricos da região sudeste do país, que varia de dezembro a março, o GptOpFuzNav ApDef Civ foi criado no ano de 2011, após as marcantes participações do CFN nas catástrofes naturais no Haiti e no Chile, em 2010; e, em ambiente doméstico, em Nova Friburgo-RJ, em 2011.

O GptOpFuzNav ApDef Civ é uma organização por tarefas que pode agregar até quatrocentos fuzileiros navais e mais de cinquenta viaturas da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE). Além disso, conta com o reforço multidisciplinar de militares da Diretoria de Saúde da Marinha e da Diretoria de Assistência Social da Marinha, que compõem os quadros do Hospital de Campanha, que dependendo da missão atribuída subordinam-se ao Grupamento. Organizado para se deslocar pelos modais marítimo, aéreo ou rodoviário, possui um conjunto relevante de capacidades, com destaque para desobstrução de vias, resgate de pessoas e animais, transporte de vítimas e distribuição de gêneros (Brasil, 2020).

No que se refere ao preparo dos recursos humanos que compõem o GptOpFuzNav ApDef Civ vale destacar o Estágio de Operações

Humanitárias conduzido pelo Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav), localizado no setor Comando-Geral do CFN (CGCFN). Tem como propósito capacitar oficiais e praças das Forças Armadas, Forças Auxiliares e civis assemelhados para participarem de Operações Humanitárias. Nele são conduzidos estudos de casos sobre relevantes participações da MB em ações humanitárias, seja em ambiente internacional ou doméstico. Interessante ressaltar que fruto da crescente importância deste tema, a MB optou pela mudança de nomenclatura do COPazNav para: “Centro de Operações de Paz e Humanitárias de Caráter Naval”, com vistas a dar um enfoque apropriado a essas questões, além de consolidar o COPazNav como uma instituição depositária e disseminadora de conhecimentos sobre o tema, no âmbito da Força Naval.

Outras interessantes iniciativas de cooperação, no campo da capacitação de recursos humanos, foram firmadas no últimos dois anos e merecem destaque, quais sejam a inserção, no Curso de Aperfeiçoamento Avançado de Oficiais do CFN, de uma linha de pesquisa voltada para gestão de emergências e desastres, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o intercâmbio junto à Unidade Militar de Emergências da Espanha, para a realização dos cursos básico de emergências e gestão de catástrofes.

Ainda no que se refere ao preparo, a MB, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, conduziu, em novembro de 2024, o seminário “Tripla Hélice como condutora de soluções inovadoras para enfrentamento de desastres naturais”. A dinâmica da tripla hélice⁶ visa a congregar a academia, empresas com enfoque na indústria de defesa e o governo, representado pelas instituições militares, com vistas à produção de conhecimentos e desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica. Tal fato corrobora com as demais ações empreendidas pela instituição no sentido de promover discussões que resultem em ações concretas para a mitigação de desastres naturais. No que concerne ao emprego do Grupamento, a cargo do setor operativo, merece destaque a condução de um exercício anual na região de Furnas-MG, no qual são testadas as capacidades do GptOpFuzNav ApDef Civ, bem como os planos desenvolvidos pela FFE voltados para um eventual acionamento. O referido exercício ocorre, em regra, no mês de outubro, precedendo a ativação do

6 Define-se Tríplice Hélice como um modelo de inovação em que a universidade/academia, a indústria e o governo, como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo (Etzkowitz e Zhou, 2007).

Grupamento. Um dos principais eventos do exercício consiste na simulação de múltiplas vítimas, conforme figura 1, que exige grande coordenação e conjugação de esforços entre as forças militares, forças auxiliares e agências civis no terreno, demandando uma complementaridade de capacidades, caracterizando de forma genuína as operações interagências.

Figura 1: Exercício simulado de múltiplas vítimas



Fonte: Agência Marinha de notícias (2024)

Recentemente, fruto da crescente importância do tema para o Estado brasileiro, a Marinha do Brasil decidiu dar maior robustez ao GptOpFuzNav ApDef Civ e ativou, em dezembro de 2025, a Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais (FRIDA). Trata-se de uma evidente evolução doutrinária, já que a citada Força foi concebida para atuar de forma mais rápida, integrada e coordenada, com intuito de ampliar a capacidade de resposta do Estado em situações de calamidade pública. O foco consiste na proteção da população, a preservação de vidas e a mitigação de danos, atuando sempre em apoio à Defesa Civil.

A FRIDA atua de forma coordenada no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), integrando-se às ações conduzidas pelos entes federais, estaduais e municipais, conforme a natureza e a evolução de cada evento. Essa articulação interagências assegura maior agilidade na resposta, racionalização de recursos e emprego sinérgico das capacidades do Estado brasileiro.

Além disso, possui em sua composição militares especializados e capacitados para operar em áreas alagadas, regiões de difícil acesso e

locais com infraestrutura comprometida. Entre os veículos empregados, destacam-se viaturas blindadas sobre rodas e sobre lagartas, viaturas anfíbias, Hospital de Campanha (HCamp), embarcações litorâneas, além de equipamentos de engenharia, sistemas de comunicações e estruturas móveis de apoio logístico (Brasil, 2025).

Após a descrição sobre os aspectos relevantes quanto ao preparo e emprego do GptOpFuzNav ApDef Civ, a próxima seção apresentará as contribuições do emprego desse grupamento utilizando como referência o caso do Rio Grande do Sul durante a Operação Taquari II.

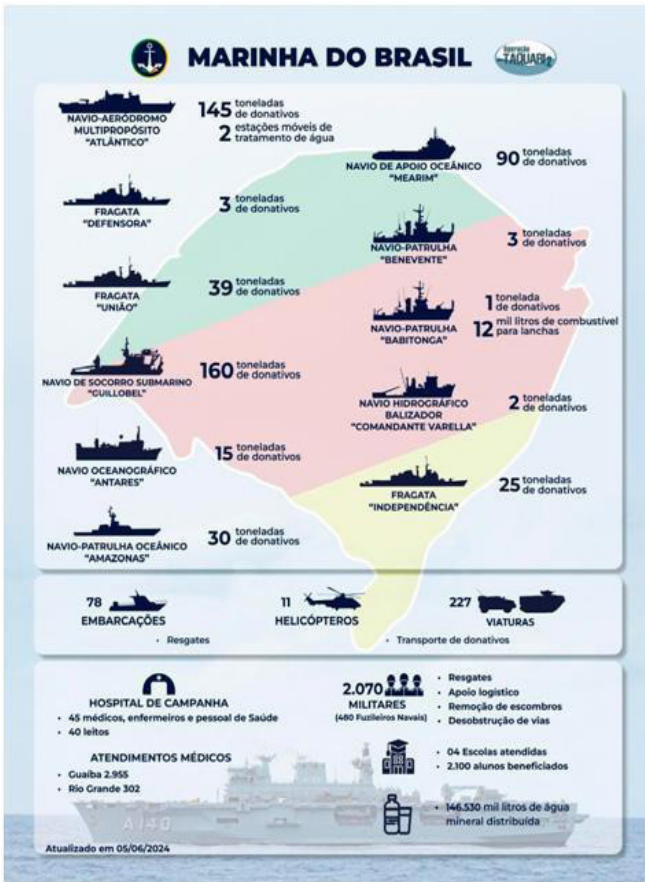
CONTRIBUIÇÕES DO EMPREGO DO GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS EM APOIO À DEFESA CIVIL: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

Em 27 de abril de 2024 teve início a maior catástrofe climática da história do Estado do Rio Grande do Sul. Chuvas torrenciais assolaram a região, sendo que dos 497 municípios gaúchos, 473 foram afetados, ou seja, 95,17% do total. Dados do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), demonstraram que as chuvas de maio carrearam mais de 14 trilhões de litros de água para o lago Guaíba, que cerca a capital Porto Alegre, volume equivalente a quase metade do contido na usina hidrelétrica de Itaipu. Assim, na tarde do dia 5 de maio, a inundação do Guaíba atingiu a marca histórica de 5,37 metros, superando a da conhecida tragédia de 1941.

Outros números impressionantes divulgados pelo IBGE no período estimam que mais de 2,34 milhões de pessoas foram afetadas, de alguma forma pelas enchentes, o equivalente a 21,56% da população total do Rio Grande do Sul. Destes, 442 mil tiveram que deixar suas residências e 183 perderam suas vidas.

Nesse contexto, foi ativado o Comando Conjunto Sul, que por meio da Operação Taquari II, concentrou as capacidades das Forças Armadas para melhor coordenação. No caso da MB, integrante do Comando Conjunto, ressalta-se que foi prestado apoio imediato à população por meio de seus recursos baseados na cidade do Rio Grande, sede do Comando do 5º Distrito Naval. Contudo, com a constatação de que a tragédia havia se tornado uma complexa emergência humanitária, foram acionados recursos adicionais do Rio de Janeiro, entre esses o GptOpFuzNav ApDef Civ, além de diversos meios navais e aeronavais, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 2: Participação da MB na Operação Taquari II



Fonte: Agência Marinha de Notícias (2024)

O GptOpFuzNav ApDef Civ foi acionado em 5 de maio e em menos de vinte e quatro horas o primeiro escalão estava pronto para o deslocamento. Conseguiu-se pôr em prática o contido nos manuais de referência ao se observar uma estrutura modular na qual o primeiro escalão, composto pelo grupo do Comandante e Oficiais de Estado-Maior, além de recursos humanos e materiais do Hospital de Campanha, foram embarcados em aeronaves KC-390 da Força Aérea Brasileira (FAB), rumando de forma célere para a Base Aérea de Canoas, próxima da área de operações.

Adicionalmente o modal rodoviário também foi observado, com o deslocamento por meio de grupamentos de marcha contendo caminhões

e carretas tipo cavalo mecânico, que transportaram os Carros Lagarta Anfíbios (CLANf). Essas viaturas anfíbias fizeram grande diferença nas ações de salvamento e resgate, além das ações humanitárias de distribuição de donativos, pois conseguiram acessar locais até então considerados inacessíveis. As figuras 3 e 4 demonstram a importância dos CLANf nas ações humanitárias.



Fonte: Os autores

No que se refere ao modal marítimo, a exemplo de São Sebastião-SP, a MB mobilizou mais uma vez o capitânia da Esquadra, NAM Atlântico. Contudo, os portos e aeroportos de Porto Alegre foram fechados, tendo sido severamente afetados pela enchente, impossibilitando a atracação do navio, o que dificultou as ações do conjugado anfíbio em sua plenitude. Ainda assim, o navio foi carregado com toneladas de suprimentos, a serem distribuídos para população gaúcha, além de equipamentos adicionais pertencentes ao GptOpFuzNav, incluindo viaturas, equipamentos de engenharia de combate, embarcações e reforços para o Hospital de Campanha, e atracou na cidade do Rio Grande, onde foi realizado o escoamento do material. Como resultado, já nos primeiros dias de operação, o Grupamento contou com cerca de 400 militares, 65 viaturas e 14 embarcações. As figuras 5 e 6 ilustram o carregamento do NAM Atlântico.

Figuras 5 e 6: Carregamento do NAM Atlântico



Fonte: Agência Marinha de Notícias (2024)

A área de operações abrangia, inicialmente, a cidade de Guaíba-RS e, posteriormente, foi expandida para incluir Barra do Ribeiro-RS, Eldorado do Sul-RS e o bairro Arquipélago de Porto Alegre-RS. O Hospital de Campanha foi estabelecido no estacionamento da loja HAVAN e a base de operações foi instalada na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), ambos na cidade de Guaíba-RS.

Figura 7: GptOpFuzNav ApDef Civ no Rio Grande do Sul formado na ULBRA



Fonte: Comando da Tropa de Desembarque (2024)

4.1. Principais contribuições:

Dada a natureza interagências da operação, foram instalados Gabinetes de Crise nos municípios de Guaíba-RS, Eldorado do Sul-RS e no bairro Arquipélago de Porto Alegre-RS, que conduziam reuniões, por meio do Sistema de Comando de Incidentes (SCI), o qual reunia representantes das seguintes forças e agências: Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Prefeitura, Secretaria de Defesa Civil, Secretaria de Infraestrutura, Brigada Militar-RS, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Bombeiros-RS, Polícia Civil-RS, Ministério Público-RS, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Polícia Penal, Equatorial (concessionária de distribuição de energia), CORSAN (concessionária de abastecimento de água e saneamento) e Corpo de Bombeiros Voluntários (ONG).

O SCI funcionava como um fórum para nivelamento da consciência situacional, apresentação das demandas e coordenação entre as agências para execução e atendimento das demandas solicitadas. Esse sistema segue uma rotina de duas reuniões diárias gerenciadas por um mediador e moderador que confere objetividade e pragmatismo sem

protocolos cerimoniais. Essa dinâmica permitiu que as agências e forças envolvidas atuassem de forma sinérgica, evitando a duplicidade de esforços e consequente perda de eficiência.

A MB gozava de grande prestígio junto ao SCI haja vista a celeridade no atendimento das demandas, além da robustez de seus meios envolvidos. Assim, foram desempenhadas inúmeras tarefas, com destaque para: segurança de comboios e infraestruturas críticas de interesse; busca e salvamento de pessoas e animais; apoio na distribuição de mantimentos; redução de obstáculos, desobstrução de vias, produção de água potável por meio dos equipamentos de engenharia; reconhecimento de pontes e obstáculos; condução de voos de reconhecimento empregando aeronaves da MB e da FAB, provimento de apoio logístico e de mobilidade às agências locais e à população; planejamento de comboios logísticos e provimento de suporte na recuperação de infraestrutura pública; operação de um hospital de campanha, com capacidade de até 40 leitos, oferecendo as especialidades de clínica médica, pediatria, ortopedia e cirurgia geral. A tabela 1 exhibe uma estimativa dos principais indicadores do GptOpFuzNav Ap Def Civ durante o cumprimento de suas tarefas durante a Operação Taquari II.

Tabela 1 - Indicadores do GptOpFuzNav ApDef Civ-RS (2º Contingente)

INDICADORES do GptOpFuzNav ApDef Civ-RS	Totais
Água tratada (litros)	70.000
Água distribuída (litros)	60.000
Vias desobstruídas e remoção de escombros (m3)	6.595
Donativos transportados (toneladas)	1178,899
Pessoas resgatadas	616
Animais resgatados	114
Corte de árvores por risco de queda iminente	25
Atendimentos veterinários	973
Escolas limpas e recuperadas	15
Ações Cívico Sociais	5

Fonte: Elaboração própria

A partir do final do segundo mês, as ações de resgate e salvamento foram cedendo lugar às ações recuperativas, que passaram a ser o foco até o término da operação, em outubro de 2024. Dentre as principais ações dessa natureza tiveram destaque as Ações Cívico-Sociais (ACiSo), com oferecimento de serviços básicos à população, tais como: reimpressão de certidões e identidades, orientação e assistência jurídica, assistência religiosa, dentre outras. Além disso, outra ação recuperativa de grande importância, capitaneada pelo GptOpFuzNav ApDef Civ, consistiu na limpeza, recuperação e entrega de escolas. Em uma iniciativa de cooperação com as secretarias municipal e estadual de educação, foram entregues cerca de 15 escolas. Tal fato trouxe um resultado bastante positivo para a sociedade em geral, já que as crianças e jovens afetados pela catástrofe puderam retornar às salas de aula e assim desonerar os pais para que estes pudessem focar na tarefa de limpar suas casas e recuperar seus pertences.

Nessa nova fase criou-se a oportunidade de pôr em prática conceitos relacionados às Operações de Informação, particularmente na exploração de duas Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), quais sejam a Comunicação Social e os Assuntos Cívicos.

Entre as principais atividades da Seção de Operações de Informação destacaram-se a elaboração de ideias-força, tais como a exploração da segunda parte do lema da MB, “Cuidando da nossa gente”, por meio de banners e cartazes, durante as ACiSo realizadas pelo Grupamento e a coleta de material para diversos produtos informativos, incluindo reportagens sobre produção de água potável, limpeza e entrega de escolas e elaboração de conteúdo para as redes sociais da MB. Foram produzidos e editados vídeos e reportagens para canais de televisão, destacando-se eventos como ações cívico-sociais, resgates de pessoas e animais e o emprego dos CLAnf em patrulhas de reconhecimento e resgate e no apoio à segurança pública.

No que se refere a uma eventual necessidade de revisão doutrinária, os autores entendem não como revisão, mas como evolução da doutrina e, nesse contexto, a criação da FRIDA materializa tal evolução, ao robustecer as capacidades do GptOpFuzNav. A necessidade de evolução ocorre, justamente, pelo emprego recorrente para fazer face às demandas humanitárias mais complexas.

Portanto, o emprego dos Fuzileiros Navais foi crucial para mitigar impactos econômicos e sociais. Ao garantir água potável, atendimento médico emergencial, resgates, infraestrutura e logística, o Grupamento: i) evitou danos sanitários e adoções de medidas emergenciais mais graves;

ii) reduziu custos públicos de recuperação; e iii) acelerou o processo de reconstrução e retomada à normalidade. O emprego interagências em resgates, fornecimento de água, serviços médicos, apoio veterinário, serviços de engenharia e logística demonstra a versatilidade e flexibilidade de uma tropa formada integralmente por profissionais voluntários.

CONCLUSÃO

O presente artigo procurou demonstrar de forma resumida a recorrência de desastres naturais em território nacional e o quão importante é para a sociedade brasileira possuir uma Marinha versátil, que por meio do Poder Naval, emprega seus recursos humanos e materiais em prol das ações humanitárias, sejam aquelas voltadas para o socorro e resgate de pessoas e animais, bem como aquelas relacionadas com a recuperação e reconstrução de estruturas caras ao Estado brasileiro, tais como as instituições de ensino.

Para tal, o trabalho foi consubstanciado na descrição do emprego do GptOpFuzNav ApDef Civ no Rio Grande do Sul com destaque para a prontidão operativa, já que em menos de vinte e quatro horas o Grupamento encontrava-se pronto para o embarque; a capacidade expedicionária exemplificada pelo deslocamento por meio de diferentes modais a distâncias consideráveis e a capacidade anfíbia, ao empregar os Carros Lagarta Anfíbios que foram amplamente reconhecidos tanto por atores estatais, quanto não estatais, por sua capacidade de acessar locais até então considerados inacessíveis. Nessa esteira destaca-se, também, a versatilidade consubstanciada pelo emprego dual de seus recursos materiais, tais como os meios de engenharia de combate, de suma importância para a desobstrução de vias, garantindo o acesso das equipes humanitárias para levar assistência à população afetada.

Procurou-se obter sólidos argumentos que corroborassem com o objetivo da pesquisa ao ressaltar o emprego do conjugado anfíbio como ferramenta estratégica do Poder Naval, cuja flexibilidade permite sua atuação em um amplo espectro de atividades e operações, incluindo as atividades subsidiárias previstas em lei, da qual a Marinha poderá tomar parte. Além disso, foram ressaltados aspectos relacionados ao preparo e emprego dos GptOpFuzNav ApDef Civ, como parte integrante do conjugado anfíbio, que foram intensificados nos últimos dois anos, demonstrando a preocupação da Instituição com a recorrência de catástrofes naturais ocorridas em Estados da Federação.

Adicionalmente importa salientar o ganho exponencial da participação dos recursos humanos da Instituição em operações interagências, como esta abordada neste artigo. Tal fato contribui diretamente para o incremento do sentimento de pertencimento dos militares, ao serem empregados no auxílio aos nacionais do nosso país, ou seja, pessoas com a mesma identidade cultural.

Ademais, outra vantagem visualizada consiste em uma oportunidade para testar, em uma operação real, doutrinas relativamente recentes, tais como as Operações de Informação, que se mostraram valiosas, em uma segunda fase da operação, na qual a missão dependia de uma correta abordagem junto à população local. O uso apropriado dessa ferramenta fortalece a imagem da Força e dá publicidade de forma acertada sobre os benefícios alcançados para a sociedade com o emprego de seus recursos.

Por fim, as lições aprendidas no emprego do GptOpFuzNav ApDef Civ durante a Operação Taquari II evidenciaram a necessidade de estruturas ainda mais ágeis, integradas e permanentemente prontas para resposta a desastres ambientais de grande escala. A complexidade do cenário no Rio Grande do Sul reforçou a importância da modularidade, da interoperabilidade interagências e da prontidão expedicionária, elementos que contribuíram diretamente para a evolução doutrinária do Corpo de Fuzileiros Navais e culminaram na consolidação do modelo da Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais (FRIDA).

Nesse sentido, a FRIDA materializa a incorporação dessas lições, ampliando a capacidade de resposta do Poder Naval em apoio às ações do Estado e reafirmando o compromisso da Marinha do Brasil com a proteção da população e a mitigação dos efeitos de calamidades públicas.

NAVAL POWER AND SUPPORT FOR STATE ACTIONS: THE USE OF THE MARINE CORPS OPERATIONAL GROUP IN SUPPORT OF CIVIL DEFENSE

ABSTRACT

This article presents the contributions of the Marine Corps Operational Group in supporting civil defense in Rio Grande do Sul during Operation Taquari II, which consisted of an emergency response coordinated by the Ministry of Defense, through the use of the Brazilian Armed Forces, aimed at providing logistical and humanitarian support to the population after the climatic events that caused floods, landslides, destruction of infrastructure, and thousands of homeless people in 2024. The theoretical framework used comprised the conceptual frameworks in light of the Doctrinal Foundations of the Navy and the Naval Military Doctrine, to demonstrate the relevance to society of having a versatile Navy that, through Naval Power, employs its human and material resources in favor of humanitarian actions. Some conclusions were observed: the exponential gain in the participation of the Institution's human resources in interagency operations, directly contributing to the increase in the sense of belonging of the military personnel, as they are employed in assisting the nationals of our country; and the opportunity to test, in a real operation, relatively recent doctrines, such as Information Operations, whose appropriate use strengthens the Force's image and publicizes the benefits achieved for society through the use of its resources.

Keywords: Naval Power. State Support Actions. Operation Taquari II. Marine Corps Operational Group.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Marinha de Notícias. **Capacidades em operações ribeirinhas, de paz e interagências são reforçadas em Furnas**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/capacidades-em-operacoes-ribeirinhas-de-paz-e-interagencias-sao-reforcadas-em-furnas>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Agência Marinha de Notícias. **Grupamento operativo de fuzileiros navais completa 50 dias no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/cuidando-da-nossa-gente/grupamento-operativo-de-fuzileiros-navais-completa-50-dias-no-rio-grande-do>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Agência Marinha de Notícias. **Marinha ativa grupamento operativo de fuzileiros favais em apoio à Defesa Civil**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/marinha-ativa-grupamento-operativo-de-fuzileiros-navais-em-apoio-defesa-civil>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Agência Marinha de Notícias. **Operação “Abrigo pelo Mar” reafirma a capacidade da Marinha de atuar em situações de calamidade pública**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/cuidando-da-nossa-gente/operacao-abrigo-pelo-mar-reafirma-capacidade-da-marinha-de-atuar-em>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 0-1. **Manual básico dos grupamentos gperativos de fuzileiros navais**. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA 305: Doutrina Militar Naval**. 2a edição. Brasília, 2025.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA 305: Doutrina**

Militar Naval. 1a edição. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA 301: Fundamentos Doutrinários da Marinha.** 1a edição. Brasília, 2023.

ETZKOWITZ, Henry.; ZHOU, Chunyan. **Regional innovation initiator: the entrepreneurial university in various triple helix models.** Singapore Triple Helix VI Conference Theme Paper, 2007.

FICHER, Alisson. Marinha do Brasil revoluciona Fuzileiros Navais e moderniza operações litorâneas. **Revista Sociedade Militar,** Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2025/01/marinha-do-brasil-revoluciona-fuzileiros-navais-e-moderniza-operacoes-litoraneas-cvl.html>. Acesso em: 6 jul. 25.

SILVA JÚNIOR, Leonel Mariano da. **O emprego do conjugado anfíbio da Marinha do Brasil na resposta a desastres e ações humanitárias.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://repositorio.marinha.mil.br/handle/ripcmb/845555>. Acesso em: 6 fev. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **O que são as mudanças climáticas?.** Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em 4 fev. 2025.

PEREIRA, Raphael do Couto. O uso do conjugado anfíbio da Marinha do Brasil no contexto das operações de defesa e proteção civil. 2018. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.8.

***Recebido em 16 de setembro de 2025, e aprovado para publicação em 16 de março de 2026.**